



## CARTA DE BELO HORIZONTE

### XVI ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

#### Educação de Qualidade Social como Direito de Trabalhadoras e Trabalhadores

Estamos em um contexto de ataque à soberania nacional, ao Estado democrático de direito, de cortes na Educação, descrédito e perseguição à Ciência e Tecnologia de conteúdo nacional e eliminação de direitos da(o) trabalhadora(r), ignorando a diversidade. O XVI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos acontece na perspectiva de luta pela defesa da democracia no Brasil e da Educação de Qualidade Social como Direito de Trabalhadores e Trabalhadoras.

Atualmente, no Brasil, existem 11 milhões de pessoas com mais de 15 anos não alfabetizadas. É, portanto, necessário que se reforce a EJA como direito, reconhecido, inclusive, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26, como uma das possibilidades ao desenvolvimento pleno da pessoa humana e contribuição no fortalecimento ao reconhecimento aos direitos e liberdades fundamentais.

Desde o Estado de exceção, a partir do golpe de Estado de 2016, o Brasil tem presenciado uma grande redução nos investimentos na Educação. Para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, se caminhávamos para a perspectiva de programas que garantissem a qualidade social de direito aos sujeitos, hoje temos um cenário que

aponta para a eliminação e desqualificação da EJA e quaisquer outras ideias que estejam alinhadas à diversidade e à inclusão. O que temos é um ministério da educação que se apresenta como instrumento de propaganda de uma guerra híbrida e *lawfare*, que significa o uso de instrumentos e ferramentas jurídicas para fins de perseguição política.

Se no XV ENEJA, em Petrolina, lutávamos pela ampliação da oferta da EJA presencial, no XVI ENEJA, em Belo Horizonte, lutamos pela revogação imediata do parágrafo 5º do artigo 17, da Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 3, de 21 de Novembro de 2018 que ao atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, prevê que “Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico - digital ou não - e pedagógico apropriado.

Se em 2017, lutávamos para que a EJA ficasse de fora da Base Nacional Curricular Comum, em 2019, lutamos pela construção de princípios curriculares realizada democrática e colaborativamente, por meio de indução de estados, municípios e Distrito Federal para efetivar a elaboração de uma Política Pública de EJA a partir da discussão de um Documento que reúna contribuições da Lei 13.005/2014 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>, do Documento Preparatório para a Confinteab [http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento\\_nacional.pdf](http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_nacional.pdf), do Parecer CNE/CEB nº 11/2000 [http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer\\_CNE\\_CEB\\_11\\_2000.pdf](http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf), da Lei nº 13.005/2014 [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf), do Documento Contribuições para a construção de uma Política Nacional de Alfabetização na EJA [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/contribuicoes\\_construcao\\_politica\\_nacional.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/contribuicoes_construcao_politica_nacional.pdf) e o Marco de Ação de Belém

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187787>, enfim, da Pauta Nacional da EJA [http://forumeja.org.br/mg/sites/forumeja.org.br.mg/files/Acoes-a-serem-implementadas-pelo-MEC-FINAL\\_anexo-II-1.pdf](http://forumeja.org.br/mg/sites/forumeja.org.br.mg/files/Acoes-a-serem-implementadas-pelo-MEC-FINAL_anexo-II-1.pdf), para que esta construção seja feita com agenda programática acordada coletivamente, realizando conferências/audiências municipais, estaduais/distrital e Nacional, viabilizada por financiamento público por meio de rubricas de secretarias estaduais, municipais e distrital de Educação, Justiça, Cidadania, Direitos Humanos, Cultura.

Se lá lutávamos pela revogação da Emenda Constitucional 95, que inviabiliza um projeto de país com desenvolvimento econômico e social sustentável, de maneira a superar as desigualdades históricas e defende a educação pública, gratuita, laica, democrática, popular, inclusiva e de qualidade social como direito de todos os sujeitos da EJA aqui, nossa luta se aprofunda na busca por investimentos básicos, funcionamento pleno dos espaços de diálogo e deliberação da educação, direito de ensinar e de aprender e o retorno de reconhecimento da EJA, inclusive na forma integrada à Educação Profissional nos investimentos de Educação Básica, como Política Pública. E isso ocorre enquanto estamos, concretamente, lutando para que não se rasgue a Constituição de 1988, a LDB de 1996, o Plano Nacional de Educação de 2014 e todas as demais legislações que primam pela Democracia.

O ENEJA acontece numa data simbólica para a educação brasileira, nas proximidades do aniversário de nascimento de um de seus maiores educadores, sujeito da práxis, que revolucionou o pensamento e a ação pedagógica, neste e em muitos outros países. Neste contexto é importante dizer desse sujeito, preso e perseguido na ditadura, e que voltou a ser perseguido nos últimos anos pelos movimentos neoconservadores. Prova de que o homem morre, suas ideias não! Por isso, nossa perspectiva é, cada vez mais, trazê-lo, estudá-lo, “praticá-lo”! Um salve a Paulo Freire e a todo seu legado, em especial, a todo o seu legado para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadoras e trabalhadores! Que caminhemos rumo aos 100 anos de seu nascimento, como resistência aos retrocessos! Paulo Freire vive!

E nesse contexto de luta e contra a aniquilação de nossos direitos básicos, o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos se coloca na intencionalidade de fazer em Belo Horizonte um momento de reflexão, organização e impulsionamento da defesa de uma educação que permita, como consequência, acessar outros direitos. Nesse sentido, nosso Encontro congrega discentes e docentes da Educação Superior; educadores, educandos, movimentos sociais populares de luta pela reforma agrária, pela reforma urbana, pelos direitos LGBTQI+, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, população prisional, sindicatos, e todos as trabalhadoras e trabalhadores que o entendem como encontro de trabalho, como ato político das ações educativas, contra hegemônico, cheio de propósito.

Nós, as delegadas e os delegados ao XVI Eneja entendemos a educação como práxis que garante, não por si, mas pelas questões que se desdobram por ela, a melhoria das condições de vida. Nos encontramos nesse espaço de luta por Nenhum Direito a Menos, construindo na Luta Coletiva e na Solidariedade, um lugar de expressão da força do Poder Popular, da mediação e reivindicação junto ao Estado e pela força dos movimentos sociais e sindicatos e das instituições de ensino. Assim, os Fóruns de EJA do Brasil conclamam a sociedade a reconhecer nossa pauta e vir conosco:

- ✓ Contra toda violência, perseguição política e criminalização dos movimentos sociais e das trabalhadoras e trabalhadores em educação;
- ✓ Contra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- ✓ Contra a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a Terceirização e todos os ataques aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- ✓ Contra a reforma do Ensino Médio;
- ✓ Contra o genocídio da juventude negra;

- ✓ Contra os cancelamentos, cortes orçamentários, contingenciamentos, bloqueios que tem por objetivo o sucateamento e a consequente privatização das Universidades Públicas e Institutos Federais;
- ✓ Contra os cortes em programas ligados à EJA;
- ✓ Em defesa da implementação do Plano Nacional de Educação;
- ✓ Em defesa do reconhecimento da EJA como Política Pública que tem como sujeitos de direitos 88 milhões de pessoas , portanto, 43% da população brasileira;
- ✓ Em defesa da ampliação da oferta de EJA presencial e nos três turnos;
- ✓ Em defesa da apuração dos assassinatos dos participantes de movimentos sociais, movimentos sindicais defensores de direitos humanos;
- ✓ Em defesa da construção democrática e participativa das propostas curriculares para a EJA;
- ✓ Em defesa da garantia de, no mínimo, 25% de matrículas na EJA na forma integrada à Educação Profissional;
- ✓ Em defesa da Revogação Imediata da Emenda Constitucional 95/2016 e de todas as privatizações das empresas estatais;
- ✓ Em defesa de princípios curriculares pautados na perspectiva da educação popular;
- ✓ Em defesa do fortalecimento dos cursos de formação de professores nas instituições públicas, com a inclusão de disciplinas específicas da EJA;

- ✓ Em defesa do investimento em programas de inclusão da juventude negra, quilombola, indígena, LGBTQI+, pobre, trabalhadora e outros grupos minoritários historicamente excluídos;
- ✓ Em defesa do reconhecimento da EJA como direito.

É disso que se trata, pois este é o ENEJA da RESISTÊNCIA e da DIGNIDADE. Somos nós por nós em nossas redes de parcerias e NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM, na defesa da democracia no Brasil e da Educação pública, presencial, laica, inclusiva, gratuita, democrática, popular de qualidade social como Direito de Trabalhadoras e Trabalhadores e que se contrapõe a todas as formas de subalternização.

**Belo Horizonte, 18 a 22 de setembro de 2019.**

**Fóruns de EJA do Brasil**